

## SEMINÁRIO DE PESQUISA 6 - ESTADO E ATORES INSTITUCIONAIS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Coordenação: Regiane Nitsch Bressan (Professora UNIFESP e Membro da REPRI), Clarissa Correa Neto Ribeiro (Doutoranda PPGRI San Tiago Dantas e Membro da REPRI) e Camilla Silva Geraldello (Professora CUML e Membro da REPRI).

O primeiro objetivo principal do Seminário de Pesquisa “Estado e Atores Institucionais de Integração Regional” concerne ao estudo do Estado e dos atores institucionais na Integração regional latino-americana. Os processos de integração são promovidos pelos Estados e seus governos, contudo o seu desenvolvimento e aprofundamento implica na participação e envolvimento de outros setores do Estado, bem como da sociedade. Assim, este seminário de pesquisa visa discutir e entender como os processos de integração regional latino-americanos facilitam e corroboram para a participação das diferentes entidades estatais, da sociedade, bem como dos novos atores.

O segundo objetivo principal deste Seminário quer apresentar e discutir o avanço institucional dos processos regionais latino-americanos. Portanto, cabem a apresentação de trabalhos que estudam a estrutura e as instâncias institucionais destes processos; a lógica intergovernamental e os entraves caminho à supranacionalidade; a interação entre as estruturas estatais nacionais e as instâncias regionais; assim como a discussão sobre a fragilidade institucional na integração da América Latina.

Por fim, como último objetivo, o Seminário de Pesquisa quer relacionar estas questões com a dinâmica atual da Integração Regional latino-americana, que conjuga blocos econômicos, processos históricos e novas alianças.

Este Seminário de Pesquisa abarca os trabalhos cujo escopo trata de algum dos seguintes itens:

1. Estado, soberania e integração regional.
2. Os governos subnacionais e os blocos regionais.
3. A participação dos novos atores na integração regional.
4. Participação, Cidadania e Democracia na integração regional latino-americana.

5. A Estrutura Institucional nos Processos de Integração Regional.
6. Intergovernamentalidade e Supranacionalidade na integração latino-americana
7. A Dinâmica atual da Integração Regional latino-americana: blocos, processos e alianças.

*Sessão 1 – Atores, Instituições e Paradiplomacia – Debatedor Prof Dr. Marcelo Passini Mariano (UNESP – FRANCA e PPGRI-Santiago Dantas).*

### América do Sul, integração regional e principais atores

Regiane Nitsch Bressan

Professora de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Econômica e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Doutora e Mestre pelo PROLAM/USP

regiane.bressan@unifesp.br

Resumo: O propósito deste trabalho é debater a mobilização de cinco grupos de lideranças - governos, partidos políticos, empresários, sindicatos e atores sociais – em torno dos processos de integração regional sul-americanos. Além dos governos, a atuação dos demais atores é fundamental para a reconstrução, encaminhamento e evolução da cooperação regional. Por sua vez, o desenvolvimento do regionalismo acarreta maior envolvimento da sociedade civil e grupos de interesse, os quais se articulam no plano regional para consolidar sua capacidade de pressão e influência sobre os respectivos governos, podendo definir novos propósitos e nova identidade ao processo. Todavia, não necessariamente esses atores provocariam o seu aprofundamento. A partir de seus valores e percepções, essas lideranças visam defender suas preferências, podendo atuar de forma favorável ou contrária aos projetos regionais. Assim, o trabalho adotou o modelo teórico que explica esta dinâmica, fundamentada em quatro dimensões, 1. integrativa, 2. desintegradora, 3. colaborativa e 4. resistente. A partir de suas percepções e interesses, estes atores irão se mobilizar, atuando de forma positiva ou negativa ao processo. Além disso, às elites são ofertados alguns canais e mecanismos de participação nos projetos regionais, os quais ainda são restritos e carecem de poder decisório, embora constituam os primeiros instrumentos para maior envolvimento destas lideranças. Por sua vez, as elites também se mobilizam no plano interno e regional, criando órgãos de representação,

alianças, redes, cúpulas sociais e fóruns, objetivando a ampliação e fortalecimento de mobilização e convergência de propósitos no âmbito regional.

Palavras-Chave: Integração Regional, Lideranças Regionais, Elites, América do Sul, Relações Internacionais

A estrutura institucional do mercosul: análise da evolução dos espaços de participação social

Guilherme Augusto Guimarães Ferreira

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais

San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), pesquisador do NEPPS/UNESP, da REPRI e do

Observatório de Regionalismo.

guilhermegferreira@outlook.com

Clarissa Correa Neto Ribeiro

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas

(UNESP, UNICAMP, PUC-SP) pesquisadora da REPRI e do Observatório de Regionalismo.

clarissacnribeiro@gmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa a formação de instituições no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), buscando questionar a dependência da trajetória de um modelo de regionalismo e suas consequências para a organização de um bloco, a partir do estudo dos espaços de participação social disponíveis em seu âmbito. O Mercosul foi criado em 1991, em um contexto de predomínio da lógica do regionalismo aberto, o que explica, em parte, a estrutura institucional marcadamente intergovernamental do bloco. No entanto, para além do viés comercial, diante da possibilidade de conformação de um Mercado Comum e motivados pelos possíveis impactos positivos e negativos da integração, alguns grupos de atores sociais, dos quais destacam-se as organizações sindicais, mobilizaram-se para a criação de espaços de participação, como o Fórum Consultivo Econômico Social. Além disso, nos anos 2000, diante da nova conjuntura política, o regionalismo sul-americano passou por um processo de resignificação, abandonando o consenso em apoiar a integração regional apenas nos mecanismos de mercado e no liberalismo, característica principal dos anos 1990, o que impactou significativamente o Mercosul. Diante disso, esse trabalho pretende avaliar a evolução da estrutura institucional do bloco, levando em consideração os diferentes momentos

de seu desenvolvimento, com foco na participação social, e questionando as influências do momento de criação liberal na continuidade do desenvolvimento do Mercosul. Para tanto, será realizada uma análise comparada entre o modelo dos anos 1990 e o organograma dos anos 2000, com o objetivo de perceber as alterações institucionais, avaliando se a mudança de paradigma de regionalismo influenciou, ou não, a abertura de espaços de participação de atores sociais, e que tipos de espaços estão disponíveis em sua estrutura.

Palavras-chave: Integração Regional. Mercosul. Participação Social

Políticas culturais e processos de integração regional na América Latina: instituições, atores e novos desafios

Valéria Teixeira Graziano

Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília. Mestranda em Estudos Culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP).

valeria.graziano@usp.br

Mónica Guariglio

Graduada em Direito pela Universidade Nacional de Buenos Aires (UBA).

Titular Cátedra Diversidad Cultural e Inclusión Social, Licenciatura en Gestión Cultural, Universidad Nacional de Avellaneda (UNDAV).

mguariglio@gmail.com

Resumo: O início do século XXI na América Latina foi marcado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, especialmente a partir da ascensão dos chamados governos pós-neoliberais e do fortalecimento da sociedade civil em diversos países. Tais transformações impactaram significativamente não só nas agendas e estruturas de poder dos Estados nacionais, mas também nas instituições e dinâmicas multilaterais. Proliferaram-se, neste contexto, espaços e arranjos institucionais voltados à formulação e implementação de políticas, programas e ações de integração regional. Ademais, temas como democracia participativa, inclusão social e ampliação de direitos para grupos historicamente marginalizados tornaram-se eixos estruturadores de políticas públicas nas mais diversas áreas e esferas nacionais e intergovernamentais. Nesse cenário, as políticas culturais ganharam não apenas novos espaços

institucionais, como também uma agenda renovada e ampliada, passando a incorporar, a partir da noção de transversalidade da cultura, temas como diversidade cultural, povos indígenas, migrações internacionais, economia criativa, dentre outros. Desse modo, o artigo tem como objetivo analisar como essa nova realidade regional impactou nas estruturas institucionais e agendas relacionadas à promoção de políticas de cultura e integração cultural. A partir da compreensão dos processos históricos que marcam a região, serão analisadas as estruturas e instâncias institucionais relacionadas à cultura que foram criadas nas duas últimas décadas nos âmbitos do Mercosul e da Unasul, buscando compreender as novas dinâmicas e processos decisórios estabelecidos e identificar os avanços e desafios para a integração cultural regional. Pretende-se, ainda, refletir acerca das possíveis contribuições da cultura para os mais recentes processos de integração regional na América Latina.

Palavras-chave: Políticas Culturais; Integração Regional; América Latina.

Os estados soberanos e a realidade da integração regional informal: o papel das multinacionais como agentes e beneficiárias do processo de regionalização – o caso Brasil/Paraguai

Thais Castelli

Mestre e doutoranda em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

Professora Convidada da FGV, nos Cursos de MBA em Gestão de Comércio Exterior e em Gestão Empresarial.

thaiscastelli@hotmail.com

resumo: Ainda que os Estados detenham papel central, como atores internacionais, produzindo regras e criando relações formais, juridicamente estruturadas, por meio de tratados, a integração regional é uma realidade. Como resposta à globalização, guiada pelas vantagens dadas às semelhanças culturais, proximidades geográficas e estágio de desenvolvimento socioeconômico de países da América Latina, a integração independe de formalização por meio de instrumento jurídico. É na relação entre atores não estatais, em ações que produzem efeitos além das fronteiras, que se observa sua construção. Tomaremos como exemplo as multinacionais, agentes e também beneficiárias dos movimentos de regionalização e globalização. Em um processo de internacionalização das empresas, na tentativa de

sobrevivência e busca de oportunidades, o primeiro passo é o crescimento em países da América Latina, com preferência pelos de baixo custo e estabilidade, para o estabelecimento de unidades no exterior. É o que se observa com a expansão de empresas brasileiras, cujo destino é o Paraguai, sendo o Brasil seu segundo maior investidor estrangeiro. Neste contexto, cabe aos Estados incentivar investimentos das empresas, evitando perda de competitividade e oferecendo ambiente propício ao crescimento. Não obstante, ações contrárias estatais continuam existindo, como se verifica no Brasil quanto ao sistema tributário, entre outros entraves à expansão. Pretende-se, como objetivo do artigo, demonstrar a importância das multinacionais como atores não estatais na formação da integração regional, tendo o Estado papel de conferir estrutura à competitividade. O caso em análise é Brasil/Paraguai, em que empresários brasileiros são atraídos pelas vantagens competitivas deste país. O resultado esperado é a constatação deste movimento de regionalização, não mais a partir do Estado, mas pelas multinacionais, com destaque à intensificação das relações Brasil/Paraguai. A metodologia é a consulta bibliográfica interdisciplinar em relações internacionais, direito e economia, e a análise de dados comparativos, como impostos, crescimento econômico e PIB, de ambos países.

**Palavras-Chave:** Regionalização, Multinacionais, Brasil/Paraguai

A contribuição da rede mercocidades para o desenvolvimento da integração fronteiriça junto ao mercosul: o papel da paradiplomacia municipal sul-americana na concretização da integração regional em zonas de fronteira

Joséli Fiorin Gomes (Titulação: Doutorado)  
Professora Adjunta no Curso de Relações Internacionais da  
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)  
joselifg@gmail.com / joseli.gomes@furg.br

**Resumo:** Diante da crescente urbanização mundial, é nas cidades que demandas compartilhadas globalmente são enfrentadas. Frente a isso, os governos locais têm papel essencial na definição e concretização das metas a serem alcançadas pela agenda internacional. Com isso, as cidades tornam-se essenciais atores das relações internacionais, inserindo-se no âmbito da paradiplomacia, pela qual visam a participar em diferentes instituições internacionais, a partir de sua reunião em redes que pleiteiam espaços oficiais de interação com tais organismos. Exemplo disto é verificado na integração regional sul-americana, no seio

do MERCOSUL, a partir da representação de governos locais pela Rede Mercocidades junto ao Foro Consultivo de Municípios, Estados, Departamentos e Províncias do bloco. A inserção dos municípios neste bloco regional foi possibilitada, nas últimas décadas, pela ampliação de sua agenda, ultrapassando o viés puramente econômico, para inserir preocupações políticas, sociais e culturais que tocam às esferas de competência dos governos locais. Um aspecto da integração regional em que há crescente envolvimento dos municípios é a questão, ainda pouco explorada, da integração fronteiriça, referente às ações coordenadas entre os países envolvidos em blocos regionais com relação a suas fronteiras, a fim de abarcar demandas das populações que ali vivem. A integração fronteiriça, promovida pelas iniciativas de integração regional desenvolvidas pelos países, implica em reflexos diretos às políticas públicas promovidas pelos governos municipais. Em face disso, vislumbra-se que a Rede Mercocidades pode contribuir para concretizar a agenda de integração fronteiriça na região. Assim, por metodologia indutiva, via estudo de caso e pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, visa-se a examinar a atuação da Rede junto ao MERCOSUL nesta temática, para averiguar seu papel para o desenvolvimento da integração fronteiriça no âmbito do bloco.

Palavras-chave: Integração Fronteiriça; MERCOSUL; Mercocidades.

**Brasil, Argentina e a integração no MERCOSUL: trajetórias e projeções subnacionais em meio à relação doméstico-internacional**

Cairo Gabriel Borges Junqueira

Doutorando em Relações Internacionais – PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUCSP)

Professor Assistente de Relações Internacionais –  
Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)

cairojunqueira@gmail.com

**Resumo:** Nas relações internacionais contemporâneas, os paradigmas mais clássicos de política externa, em que os Estados aparecem como instâncias unitárias, começaram a compartilhar visões mais interativas e multifacetadas, nas quais atores domésticos, como as elites e os partidos políticos, subnacionais, a exemplo das cidades, e regionais, enfatizando-se os blocos regionais, propriamente ditos, tornaram-se modificadores e interlocutores das políticas

nacionais. Essa denominada interação entre diversos atores perpassa a classificação dos chamados “níveis de análise” nas Relações Internacionais, quais sejam o doméstico, subnacional, nacional, regional e internacional, doravante relação “doméstico-internacional”. Com base no exposto acima, o artigo parte de um duplo objetivo de pesquisa. Primeiro, busca-se explicar por meio de revisão bibliográfica a constante interação entre os cinco níveis de análise supracitados. Em segundo lugar, mas não menos importante, procura-se trabalhar a perspectiva de uma cronologia temporal desde a década de 1980 até os anos de 2010 com vistas a organizar um quadro analítico que coadune os níveis expostos. Com exceção do aspecto internacional, o qual perpassa motivações plurais e globais, o nível regional foca-se na América do Sul e mais precisamente no Mercado Comum do Sul (Mercosul) criado em 1991 como reflexo de uma forte aproximação bilateral entre Brasil e Argentina. Sendo ambos os países os maiores sócios da integração sub-regional, o nível nacional concentra-se neles, tendo em vista que diferentes aspectos de suas políticas externas serão mérito de averiguação. Por conseguinte, os níveis subnacional e doméstico abrangem somente os atores internos brasileiros e argentinos. Conclui-se que as atuais projeções subnacionais brasileiras e argentinas, considerando a atuação internacional de cidades, estados federados e províncias, encontram-se em um período de reticências e dúvidas em virtude de um futuro incerto nos demais níveis de análise, enfatizando-se as mudanças políticas nacionais dos dois países e a conjuntura da integração no Mercosul.

Palavras-chave: Nível de Análise; Atores Subnacionais, Mercosul.

*Sessão 2- Instituições, Fronteiras e Infraestrutura – Debatedor Prof Dr. Alexandre Fuccille (UNESP – FRANCA).*

As regiões de fronteira como laboratório da integração regional no Mercosul

Walter Antonio Desiderá Neto

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) E-mail:

walter.desidera@ipea.gov.br

Bruna Penha

Pesquisadora bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) da  
Dinte/IPEA  
bruna.penha@ipea.gov.br

**Resumo:** Este artigo objetiva colocar em discussão o papel da fronteira como laboratório da integração regional no Mercosul, entendida como espaço de formação de demandas e de experimentação de soluções para a boa convivência transfronteiriça, no qual boa parte das decisões tomadas em nível regional repercutem com mais intensidade. Para tanto, apresenta-se uma revisão dos conceitos acerca do tema fronteira e se descrevem aspectos da convivência entre os povos de regiões fronteiriças, a fim de trazer à tona como a fronteira se caracteriza como um lugar de relações complexas, as quais geram demandas relevantes para o processo de integração e para o desenvolvimento regional. Em seguida, tomando uma amostra definida de iniciativas de diferentes dimensões temáticas da integração como base, analisa-se a maneira como elas podem ter um impacto diferenciado sobre o cotidiano transfronteiriço. Por último, alguns apontamentos finais buscam concluir o conjunto de ideias apresentadas.

**Palavras-Chave:** fronteiras; integração regional; Mercosul.

### Cidades-gêmeas e integração: o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

Márcio Augusto Scherma  
(Professor da Universidade Federal da Grande Dourados)  
marcioscherma@gmail.com

**Resumo:** As fronteiras são regiões geográficas que se distinguem das demais especialmente devido ao fato de que nelas, as interações internacionais são uma realidade cotidiana. Essa interação comporta fluxos de pessoas, mercadorias, recursos financeiros, culturais, dentre outros, podendo ter impacto positivo ou negativo para os países, dependendo do investimento e atuação de ambos na região. O Brasil é o maior país da América do Sul, apresentando 15.719km de fronteiras terrestres com nove países mais a Guiana francesa. A "faixa de fronteira" brasileira abarca 11 Unidades da Federação, 588 municípios e mais de 10 milhões de habitantes. A extensão de suas fronteiras e o número de países com os quais faz divisa conferem à região papel central na integração regional com os vizinhos sul-americanos e também no desenvolvimento do país. Particularmente, é nas cidades-gêmeas que a integração é mais

intensa, dada a proximidade geográfica dos municípios lindeiros. Em muitas cidades-gêmeas, os problemas de ambos os lados da fronteira costumeiramente se condensam e passam a ser problemas comuns às duas populações, afetando diretamente seu desenvolvimento. Pensando nas particularidades destes locais, o Ministério da Integração Nacional normatizou a conceituação das cidades-gêmeas, através da Portaria 125 de 26 de março de 2014. Nela, o poder público federal trouxe à luz o conceito sobre cidades-gêmeas, arrolando, inicialmente, 30 municípios nessa classificação. Destes, seis estão no estado de Mato Grosso do Sul, sendo cinco na fronteira com o Paraguai. A maior aglomeração urbana é a que compreende os municípios de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. O trabalho proposto pretende, pois, analisar os principais fluxos, áreas e setores envolvidos na integração binacional nestas cidades-gêmeas. Através de levantamento de dados secundários esperamos, ainda, indicar aspectos que possam contribuir ou dificultar essa integração, analisando as possibilidades de generalizar as inferências encontradas a outros casos.

Palavras-chave: fronteira; integração; cidades-gêmeas.

### O desenrolar da integração Brasil – Uruguai no século XXI

Cíntia de Jesus Soares Bisetto

Mestranda no programa de Geografia da UNESP, campus de Rio Claro.

cintiabiaries@hotmail.com

Resumo: A criação do MERCOSUL, da IIRSA e do UNASUL tem por objetivo promover o dinamismo econômico regional, fortalecendo a integração político-econômica e territorial. Após discorrer brevemente sobre a história dessas iniciativas, interessa-nos focar nas relações entre Brasil e Uruguai que, em 2012, estabeleceram o Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN) para priorizar, acelerar e concretizar obras de infraestrutura nas fronteiras dos dois países. Para isso serão analisadas algumas obras, como é o caso da Ponte Internacional Barão de Mauá que deverá passar por um processo de restauração, além de contar com a projeção de obras relativas a mais duas pontes sobre o rio Jaguarão. Destacaremos igualmente a inauguração da linha de transmissão no trecho entre San Carlos (Uruguai) e Candiota (Brasil), financiada com recursos do Uruguai e do FOCEM. No setor energético, destacaremos as iniciativas dos dois países no campo das energias renováveis, com a inauguração, em 28/02/2015, do Parque Eólico Artilleros, no Uruguai. Fundado como objeto piloto que visa consolidar a aproximação dos

governos e dos países, essa nova fase foi chamada pela presidente eleita do Brasil, Dilma Rousseff, de “Novo Paradigma”, como fortalecimento do relacionamento entre Brasil e Uruguai, o que, segundo a presidente, deve ser visto como modelo para integração regional, pois ao colaborar para a partilha de energia e para a ampliação de linhas de transmissão os dois países conectam-se fisicamente, abrindo um marco na história de ambos, assim como afirmou a presidente: “o relacionamento Brasil-Uruguai transcende nossas fronteiras”

Palavras-chave: MERCOSUL, IIRSA, GAN.

### A integração da infraestrutura sul-americana e o “neodesenvolvimentismo”: o papel brasileiro na Bolívia e no Peru

Rafael Teixeira de Lima

Bacharel em Relações Internacionais pela UNIFESP

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina

(PPG-ICAL) da UNILA.

rafatdelima@gmail.com.

Resumo: O objeto deste trabalho é apresentar as estratégias de integração da infraestrutura regional propostas pelo presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) à Bolívia e ao Peru, tendo em vista o redirecionamento da política externa brasileira para com os países vizinhos e uma reaproximação, proporcionada pela ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda na região, na virada do século XXI. Tomando por base a contribuição do pensamento cepalino para a construção de um desenvolvimentismo latino-americano vinculado a um caráter de maior grau de autonomia, busca-se trabalhar com a ideia de construção de um “neodesenvolvimentismo” do governo Lula para a região, com a consolidação de mecanismos institucionais que garantiram e fortaleceram os projetos de integração regional. Para tanto, torna-se importante a utilização de autores como Ayerbe, Moniz Bandeira e Guimarães, que possuem amplos estudos sobre a dinâmica da consolidação do Brasil como potência regional e a importância deste para o avanço dos processos integracionistas. Para então focar casos de parcerias público-privadas brasileiras envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como financiador de projetos, as principais construtoras brasileiras como implementadoras das obras e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) como mecanismo

institucional de articulação na construção de obras de infraestrutura. Por fim, cabe discutir os reais interesses da integração regional com o protagonismo do Brasil, recorrendo a referências tanto de peruanos e bolivianos que possuem contribuições nesta temática como Sarela Paz, Marco Arismendi como de outros latino-americanos como os uruguaios Zibéchi e Gudynas, a verificar se o modelo adotado permite à região um desenvolvimento estruturado e equilibrado, atuando como um instrumento de ruptura dos laços de dependência, ou se questões como o extrativismo vegetal, mineral, de hidrocarbonetos, suscitados pelos projetos “neodesenvolvimentistas” promovem uma transferência ou reordenamento das dependências a novas forças transnacionais.

Palavras-chave: Integração Regional. Política externa Lula. Neodesenvolvimentismo.

### Integração regional Sul-americana: a planificação de infraestrutura na evolução do processo de integração

Laura Christiane Torres

Graduanda de Relações Internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciências,

UNESP – Campus de Marília

Pesquisadora do Instituto de Gestão Pública e Relações Internacionais (IGEPRI) e da REDE DE PESQUISA EM POLÍTICA EXTERNA E REGIONALISMO (REPRI).

[lauractortes@gmail.com](mailto:lauractortes@gmail.com)

Resumo: O objetivo desta pesquisa é tratar, no âmbito da integração regional Sul-americana, da aplicação e desenvolvimento dos projetos em infraestrutura assinados entre Brasil e Argentina. Por meio do acordo, entre Argentina e Brasil, para aproveitamento do Rio Uruguai e construção do Complexo Garabi-Panambi, a luz das negociações iniciadas a mesma época sobre a Usina de Itaipu. Pretende-se ainda analisar como o desenvolvimento nessa área afeta o aprofundamento do processo de integração da região. Para tanto, serão utilizadas as informações das tratativas diplomáticas conduzidas entre os dois países e os projetos previstos no âmbito da UNASUL, entre eles as negociações produzidas no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional e do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento. Além considerar as teorias de integração regional para compreender a dinâmica do processo de integração da região Sul-Americana. A hipótese é de que os objetivos traçados entre as instituições regionais e os governos Sul-americanos são distantes entre o que cada

um intento, impossibilitando a obtenção dos resultados práticos, listados nos planos de ação. O que enfraquece o aprofundamento da integração da região, bem como da construção de um modelo que tenha semelhança ao caso europeu.

Palavras-chave: Integração Regional. Infraestrutura. América do Sul.

*Sessão 3- Blocos Regionais e Política Externa – Debatedor Prof Dr. Roberto Goulart Menezes (UNB).*

As Negociações do Acordo de Associação Inter-regional Mercosul-União Europeia: o posicionamento dos atores Argentina e Brasil sob a perspectiva Intergovernamental

Lucas Bispo dos Santos

Pós-graduando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas

(UNESP – UNICAMP - PUC/SP)

lucasbispoo18@gmail.com

Resumo: Esse trabalho analisa as negociações, iniciadas em 2000, para um Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. No ano de 2004, a proposta europeia foi considerada pelo Mercosul como insuficiente quanto à liberalização do setor agrícola. Por sua vez, o bloco sul-americano apresentou fraca proposta em relação à liberalização dos setores industriais, serviços e mercados públicos - interesses europeus. Em 2010, houve relançamento das negociações, porém, novamente, as ofertas foram consideradas insuficientes. Retomaram-se as conversas em 2015, havendo nova troca de ofertas em maio de 2016. O Acordo será consumado mediante compromisso único dos envolvidos, contudo, ao longo das negociações, percebe-se modificação dos ímpetus de Argentina e Brasil para a consumação - bem como divergências entre eles, nos interesses nacionais e nas posições de negociação. Nesse sentido, suas políticas macroeconômicas, comerciais, industriais e estratégias de inserção internacional exemplificam tais divergências e justificam a essencialidade em analisar o posicionamento destes atores durante as negociações. Por serem considerados como eixo fundamental no processo de integração do Mercosul, Argentina e Brasil assumem centralidade na análise. A escolha teórica para abordar a dinâmica de interação e posicionamento dos atores, se baseia no modelo Intergovernamental, dado que o Mercosul foi construído sob esta égide, como se estabelece no Protocolo de Ouro Preto (1994). A pesquisa analisa momentos chave das negociações - início em 2000, entrave em 2004, retomadas em 2010 e 2015. Serão utilizadas

como fontes, declarações do Comitê Bi-regional de Negociação, declarações de presidentes e ministros dos governos, relatórios de entidades industriais e comerciais, artigos e notícias de jornais que exponham o posicionamento dos atores, entre outras. Como conclusão inicial, pressupõe-se que os ímpetus de negociação da Argentina e Brasil, do ponto de vista do Mercosul, são fundamentais para o avanço ou estagnação destas. Portanto, o processo avança dentro do bloco apenas quando ambos conseguem coadunar interesses.

Palavras-Chave: Argentina; Brasil; Mercosul.

### Uma aproximação às novas propostas de Integração Latino-americana: ALBA-TCP e Petrocaribe

Pablo José Carrizalez Nava

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidad Central de Venezuela

Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Energia (PPGE) do Instituto de

Energia e Ambiente (IEE) da USP

Doutorando do PPGE-IEE-USP

carrizaleznav20@gmail.com

Resumo: Pretende-se argumentar como a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) representa uma nova proposta de integração para os países da América Latina, uma vez que formula rumos diferentes sob a perspectiva teórica e política-ideológica sobre como deve ser conduzida a integração regional. A ALBA baseia-se, (i) no pensamento dos próceres da independência latino-americana, e nos princípios de autodeterminação, soberania e capacidade criadora dos povos autóctones em traçar os rumos do seu próprio desenvolvimento; e, (ii) num comércio complementar, solidário e cooperativo, em contraposição aos tratados de livre comércio que procuram incrementar o domínio das empresas transnacionais. Baseando-se em tais aspectos, a ALBA contesta e se distancia da visão clássica da integração, fortemente influenciada pelas formulações dos economistas norte-americanos e europeus, e, também, na própria experiência integracionista da Europa do pós-guerra. Portanto, por ser uma proposta inovadora e autóctone, acudiu-se a visão de Ruy Mauro Marini sobre a integração regional com base na Teoria Marxista da Dependência, a qual não visa apenas a integração de mercados regionais, mas também a solução de antigos problemas do continente latino-americano, como o intercâmbio desigual.

Para tal fim, a ALBA precisa de sinergia – já em curso – com o esquema de integração energética, Petrocaribe, para assim criar uma arquitetura econômico-produtiva cujo eixo seja a própria região e não os mercados extrarregionais, visando aumentar a produtividade do trabalho regional. O presente trabalho pretende destacar algumas limitações políticas e comerciais apresentadas pela referida Aliança em seus doze anos de vigência (2004-2016), com fim de contribuir com o fortalecimento desse projeto, assegurando dessa forma sua sustentabilidade nos próximos anos.

Palavras-chave: Integração Regional, Novas Propostas de Integração, Limitações políticas e comerciais.

UNASUL – Governança em trânsito: contribuições para a alteração da governança regional ou uma questão de institucionalidade?

Jóhidson Ferraz

Mestrando pelo PROLAM-USP

Bolsista CAPES.

johidsonferraz@usp.br

Resumo: Ao longo da história, a governança regional na América esteve atrelada aos interesses dos Estados Unidos (EUA) exercidos por meio de instituições formais de abrangência continental, como a Organização dos Estados Americanos (OEA). Mais recentemente, nos primeiros anos do séc. XXI, mudanças na conjuntura mundial e regional possibilitaram a percepção de alterações na governança hemisférica, principalmente com o estabelecimento institucional da União de Nações SulAmericanas (UNASUL) a qual, além de estar desatrelada dos interesses dos EUA, também representa forte contraponto à sua influência. Assim, este artigo busca compreender como a partir de sua criação pode-se perceber sintomas da alteração da governança na América e uma possível substituição da OEA como único locus legítimo de representação regional. Para isso, debruçamos nos aportes de Oran Young sobre a eficácia das instituições internacionais na governança, analisando a conformação da UNASUL a partir dos aspectos endógenos e exógenos de sua estrutura políticoorganizacional. Com isso, constatamos que o tipo de institucionalidade engendrado na formação da UNASUL fora ao mesmo tempo, um vetor articulador (no momento em que dá coesão para a institucionalidade

do projeto integrativo e possibilita o trânsito de governança regional), e um vetor impedor (no que tange a um maior aprofundamento em nível institucional formal).

Palavras-chave: UNASUL, Governança, Institucionalidade

### O México na Aliança do Pacífico

Beatriz Walid de Magalhães Naddi

Mestranda do PROLAM/USP

bwnaddi@gmail.com

Resumo: Tem-se como objeto de análise o México frente à Aliança do Pacífico, bloco regional criado em 2012, juntamente a Chile, Colômbia e Peru. O objetivo principal do bloco pode ser resumido na promoção da integração produtiva entre seus membros com o fim de se inserir de maneira competitiva nos países com elevado crescimento econômico, com ênfase nos da Ásia-Pacífico. Com base nisso, portanto, busca-se compreender quais os interesses mexicanos envolvidos na Aliança do Pacífico, sejam eles políticos, econômico-comerciais ou geoestratégicos. Com sua política de desenvolvimento voltada à forte promoção do comércio exterior desde a década de 1990, o México participou, até então, de poucas iniciativas de integração na América Latina, com exceção de seus acordos comerciais bilaterais com diversos países da região. Contudo, frente às mudanças ocorridas tanto no âmbito regional (aproximação dos países sul-americanos – governos progressistas, UNASUL, ALBA, expansão do MERCOSUL) quanto internacional (cooperação sul-sul, crescimento da Ásia-Pacífico e crise econômica no eixo América do Norte-Europa), o Estado mexicano encontraria na Aliança do Pacífico a oportunidade de reverter o cenário de isolamento da América do Sul e de se demonstrar mais independente frente aos Estados Unidos com a opção de se inserir também no mercado asiático. Na busca de evidenciar, ou não, tal hipótese, utilizar-se-á de uma revisão bibliográfica sobre a Aliança do Pacífico e a atuação do México no século XXI, assim como de fontes primárias, como os relatórios das Cúpulas do bloco e os dados comerciais mexicanos frente aos Estado-membros e outros países de peso em sua balança comercial – como Estados Unidos.

Palavras-chave: Aliança do Pacífico; integração; México.

## Brasil e o Contexto Regional

Maria Luísa Telarolli de Almeida Leite  
Alyne Viana de Oliveira

Mestrandas do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas"  
(UNESP, UNICAMP, PUC-SP)

**Resumo:** O Brasil assumiu desde meados dos anos 2000 um papel de maior protagonismo na região, devido a sua preferência pela inserção internacional com diversificação estratégica e de parceiros. Esse momento suscitou a discussão do país assumir o papel de "paymaster" (MATTLI,1999) regional, pois, por meio de seu crescimento econômico, o Brasil trouxe atrativos para o mercado, e, conseqüentemente, para seus parceiros do Mercosul. Houve, também, a presença de grandes investimentos brasileiros nos mercados como os do Chile e Argentina. Ademais, percebeu-se a preocupação do país com questões ligadas à identidade sul americana e à defesa do cone sul, como visto nos projetos da ALBA e da UNASUL. O afastamento da presidente Dilma Rousseff trouxe consigo algumas questões. A denúncia de um golpe de Estado em andamento foi exposta por Dilma em reunião da ONU no mês de abril. Organizações regionais como a OEA e também instituições como UNASUL posicionaram-se contrariamente ao processo político conduzido no Brasil. Já o Mercosul mantém posição de espectador, sem se posicionar sobre a suspensão brasileira do bloco, em referência à cláusula democrática estabelecida no Protocolo de Ushuaia (1998). A cooperação sul-sul foi parte da plataforma de política externa do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). O afastamento da presidente traz consigo o questionamento de todo um plano de governo que abrange as relações exteriores, as quais demonstram sinais de retomada de um caminho neoliberal. Desta forma, esse trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a crise política brasileira e as instituições regionais, mais especificamente o Mercosul e a Unasul, em um cenário que indica um novo redirecionamento da política externa. Portanto, em meio às divergências de posicionamentos, pretende-se pensar qual o papel das instituições regionais nesse novo momento da política externa.

**Palavras-chave:** Democracia; Instituições Regionais, Política Externa Brasileira

## Política externa brasileira e integração regional: a ampliação institucional do MERCOSUL rumo à UNASUL

Ana Elisa Thomazella Gazzola

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais  
San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

Bolsista CAPES

[gazzola.aet@gmail.com](mailto:gazzola.aet@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo compreender em que medida a estrutura institucional intergovernamental do Mercado Comum do Sul (Mercosul), defendida principalmente pelo Brasil, contribui para acentuar a permanência do modelo de integração na América do Sul, mesmo com diferentes estratégias de Política Externa sendo desenvolvidas na região. A busca por autonomia é uma constante da condução externa brasileira e tornou-se um elemento central do discurso durante o governo Lula da Silva (2003-2010). Agir autonomamente no contexto internacional correspondia à necessidade de superar as assimetrias de poder dentro das organizações internacionais, por meio do fortalecimento das relações no entorno geográfico da América do Sul e aprofundamento da integração regional. Entretanto, paradoxalmente, o Mercosul é resultado de um processo de integração assimétrico pois o conjunto de sub-relações assimétricas entre os sócios, com diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades, é reproduzido dentro do bloco. Essa condição é sustentada por sua própria constituição institucional, de natureza intergovernamental. Ao não ter uma autoridade supranacional, abre-se espaço para que os Estados-membros adaptem suas relações baseadas em baixos níveis de institucionalidade segundo seus interesses. Com a mudança de foco da América Latina para a América do Sul, as ações da PEB são direcionadas à ampliação do Mercosul rumo ao novo espaço regional, por meio da intensificação das relações com a Comunidade Andina de Nações (CAN). Paralelamente, iniciativas de integração alternativas resultam na criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Que, apesar da maior abrangência de objetivos, mostra-se muito semelhante ao Mercosul em termos institucionais, levando a crer que, efetivamente, não haverá nenhuma mudança significativa do processo de integração regional da América do Sul em curto prazo.

**Palavras-chave:** Integração regional. Mercosul. Política externa brasileira. Unasul. Intergovernamentalismo.

*Sessão 4- Parlamentos na Integração Regional – Debatedora Profa Dra. Karina Lilia Pasquariello Mariano (UNESP – Araraquara e PPGRI-Santiago Dantas).*

Os parlamentos da integração regional na América Latina: o PARLANDINO e o PARLASUL.  
Convergências e dissensões

Juliane Caravieri Martins Gamba

Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Doutora pelo PROLAM/USP

Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

[julianecaravieri@gmail.com](mailto:julianecaravieri@gmail.com) e [jcaravieri@usp.br](mailto:jcaravieri@usp.br)

Resumo: Os processos de integração regional vêm se desenvolvendo no contexto crescente de mitigação das soberanias dos Estados nacionais em prol de acordos internacionais comuns para a implementação de políticas externas e internas mais condizentes com os interesses dos países integrantes dos blocos. Porém, no século XXI, vislumbra-se a necessidade de ampliação da agenda integracionista dos blocos latino-americanos para além dos aspectos comerciais e econômicos, incluindo temáticas como: cultura; ciência e tecnologia; cooperação em matéria de segurança e defesa; questões sociais envolvendo, inclusive, a multiculturalidade dos povos; integração na infraestrutura, financeira e de produtividade; fortalecimento da democracia e da participação popular através dos parlamentos da integração regional etc. Nesse contexto, foi realizado o estudo comparativo entre o Parlamento Andino (PARLANDINO), criado em 1979 e sediado em Santafé de Bogotá na Colômbia, o qual se insere na estrutura institucional da Comunidade Andina e o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), criado em 2005 para atuar como órgão de representação dos povos do Mercado Comum do Sul, independente e autônomo no intuito de consolidar, neste bloco, instituições supranacionais responsáveis pela promoção da cidadania e da participação da sociedade civil, tendo sua sede em Montevidéu no Uruguai. A partir da análise comparativa entre o PARLANDINO e o PARLASUL, buscou-se apreender as características e as funções comuns de ambos, inclusive, evidenciando as peculiaridades do processo eleitoral de seus parlamentares, demonstrando, por fim, a existência de expressivo déficit democrático nestes parlamentos da integração regional latino-

americana o que agrava as crises institucionais e de representação política dos povos andinos e mercosulistas. Mostra-se imperioso o fortalecimento do PARLANDINO e do PARLASUL porque sem a existência de uma democracia representativa sólida e consolidada nas respectivas regiões, não se poderá avançar na integração regional latino-americana embasada na solidariedade entre os povos da região.

Palavras-chave: PARLANDINO, PARLASUL, déficit democrático.

### A diplomacia parlamentar no âmbito do MERCOSUL

Angelo Raphael Mattos

Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação

San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP)

mattosangelo@hotmail.com

Resumo: O papel do Legislativo na política externa brasileira, e particularmente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CPCMS), é comumente visto como incipiente, se comparado com a centralidade que ainda há na figura do Executivo em tal matéria. Por meio de um estudo do processo decisório em política externa, das discussões e do apoio parlamentar brasileiro quando da criação do Mercosul (1991), e de sua atuação hodierna no âmbito do bloco, no que se refere às principais discussões que permeiam os interesses regionais e aqueles de caráter interno conduzidos à discussão no âmbito do Parlamento do Mercosul (Parlasul), bem como dos instrumentos internacionais que previram sua atuação e de alguns dos discursos de abertura das sessões de tal instituição regional, o trabalho objetiva mostrar as justificativas que fundamentam a importância da presença parlamentar no processo de integração mercosulino, no que se refere ao adensamento da democracia, com relação à representatividade, e no que tange à celeridade e efetividade interna dos acordos negociados no âmbito do bloco.

Palavras-chave: Processo Decisório. Parlasul. Diplomacia Parlamentar.

**PARLASUL: há importância na experiência legislativa prévia dos parlamentares diretamente eleitos?**

**Matheus Felipe Silva**

Pós-graduando em Ciências Sociais pela UNESP/FCLAr.  
matheusfstety@yahoo.com.br

**Antonio Vicente Pessoa de Oliveira**

Graduado bacharel em Ciências Sociais pela UNESP/FCLAr.  
antonio\_pessoa@outlook.com.br

**Cristiano Cícero Santana da Silva**

Graduando em Ciências Sociais pela UNESP/FCLAr.  
cristiano.santana\_@hotmail.com

**Resumo:** Um dos avanços fundamentais do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, o Parlasul, foi estabelecer a prerrogativa de parlamentares com mandato exclusivo neste mediante eleições diretas nos seus países-membros correspondentes. Dessa maneira, ficaria a cargo dos Congressos Nacionais a aprovação de uma lei que regulamentasse tal eleição. Apesar do estabelecimento de prazo limite para esse fato, este foi por duas vezes prorrogado e atualmente está fixado em 2020, faltando apenas as devidas regulamentações no Brasil e no Uruguai. Em 2008, o Paraguai foi o primeiro país a se adequar e realizar eleições diretas para este parlamento regional, após aprovar sua lei eleitoral antes mesmo da discussão da proporcionalidade a ser adotada à representação no Parlasul. A Argentina realizou essa regulamentação em 2014 e elegeu diretamente seus parlamentares regionais em 2015. O artigo busca entender se a experiência prévia desses parlamentares regionais nos respectivos Parlamentos nacionais é um critério importante para o sucesso no período eleitoral. A importância dessa experiência prévia seria melhor avaliada junto aos partidos e alianças políticas na preparação de suas listas ao Parlasul, além também das preferências, pelo eleitorado, por candidatos que tiveram essa experiência legislativa previamente ou não. Assim, serão coletados dados parlamentares das delegações argentina e paraguaia no Parlasul, analisando especialmente se este teria exercido mandato prévio na Câmara dos Deputados ou Senado. De forma resumida, a partir da análise dos resultados eleitorais, busca-se analisar se a

experiência prévia no Legislativo nacional é fator importante aos partidos e alianças e ao eleitorado. A suposição deste trabalho é de que há uma propensão do Parlasul em ser um Parlamento regional com membros eleitos sem prévia experiência legislativa nacional. Utilizando metodologia indutiva, os dados serão debatidos por meio de bibliografia sobre representação regional e será possível fazer uma reflexão acerca dessa representação parlamentar ainda em construção.

Palavras-chave: Eleições; Parlasul; Integração

### Política Externa, Congressos Nacionais e a Integração Regional

Maria Luísa Telarolli A Leite

Mestranda do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas

lutelarolli88@gmail.com

Cauanna Gaudio

Graduanda do curso de Ciências Sociais da FCLar- UNESP

cauannafgaudio@gmail.com

Taina Dutra de Assumpção

Graduanda do curso de Ciências Sociais da FCLar-UNESP

tainassumpcao@gmail.com

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo fazer uma análise de como os processos de integração regional são incorporados na política externa da Colômbia e do Peru e, de que forma, os respectivos Congressos desses países se posicionam em relação a esses processos regionais. Partimos do pressuposto de que haveria uma tendência à incorporação dos debates parlamentares na formulação da estratégia de política externa, na medida, em que estes processos necessitam de apoio político para sua implementação. A política externa deverá ser pensada como a passagem do poder decisório da burocracia especializada e do governo para esfera pública, que é representada pelo Congresso Nacional. Na medida em que os países consolidam suas democracias e se intensifica a globalização, haveria uma tendência crescente a uma maior politização da política externa, especialmente, porque suas decisões trazem

desigual distribuição de ganhos, os quais beneficiam alguns grupos internos enquanto outro não, o que atrai um maior interesse para as decisões tomadas externamente. Além disso, o avanço da globalização traz a insurgência de novos temas para além das questões de segurança, chamados de *low politics*, que articulam novos interesses e estão mais próximos da própria agenda parlamentar. Ademais, as democracias são vistas como propensas a paz e cooperação, com normas compartilhadas e instituições domésticas que privilegiam a ação conjunta e respostas elaboradas em âmbito externo. Portanto, o presente trabalho busca compreender quais os rumos da política externa do Peru e da Colômbia para integração regional pensados, por meio, dos discursos parlamentares dos Congressos nacionais dos referidos países nos últimos quinze anos.

Palavras Chave: Política Externa, Congresso, Integração.

### O Parlatino e seu projeto inconcluso de integração latino-americana

Mariah Freitas Monteiro

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História/UFG

mariahfmonteiro@gmail.com

Resumo: O objeto deste trabalho é o Parlamento Latino-Americano: Parlatino. Criado em 1964 na cidade de Lima, no Peru e institucionalizado em 1987, através de um tratado internacional, atualmente conta com 22 países-membros. A integração latino-americana, nos âmbitos: econômico, social, político e cultural sempre esteve entre os objetivos principais da instituição, tal como destacado no Estatuto de Fundação do Parlatino. A significativa adesão dos países membros e as várias décadas de existência, transcorridas desde a sessão inaugural, não foram fatores suficientes para que o Parlatino conseguisse se firmar como instituição representativa e atuar de forma relevante; por conseguinte, não alcançou o objetivo de integração latino-americana. Nesse sentido, o presente trabalho visa problematizar a dificuldade de integração da América Latina através do Parlatino, a partir da hipótese de que a inexpressiva atuação dessa instituição deve-se, em parte, à fragilidade da própria ideia de América Latina, enfatizando que não é uma especificidade do Parlatino, mas de todas as instituições e movimentos que almejam uma integração continental na região. Dois autores serão fundamentais para nortear este trabalho, Arturo Ardao que em sua obra "Génesis de la idea y el nombre de América Latina" (1980) defende a tese de que a construção da ideia antecede a criação e

utilização do termo América Latina e promove importante reflexão sobre essa ideia; também Leslie Bethel que em seu artigo “O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ ” (2009) apresenta discussões fundamentais quanto à universalização do termo América Latina.

Palavras-chave: Parlatino; Integração latino-americana; Ideia de América Latina.